



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

Parecer nº 477/2024 – CGM

PROCESSO Nº A/2021-00002.

MODALIDADE: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO 6/2022-00010.

OBJETO: Contratação de empresa para realização de serviço de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças em equipamentos odontológicos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde.

TERMO ADITIVO: 3º TA - Renovação contratual por igual período e valor.

VALOR GLOBAL: R\$ 108.000,00 (Cento e oito mil reais).

REQUISITANTE: Fundo Municipal de Saúde / Secretaria Municipal de Saúde – SEMS.

CONTRATADA: S. D. DA SILVA FERRAZ.

1. PRELIMINAR

Antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer é de ser verificado que a condução da análise técnica é vinculada à atividade prevista na Constituição Federal em seu artigo 74 no qual prevê as atribuições do Controle Interno perante à administração pública, bem como sua responsabilidade. Cabe aos responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União e/ou respectivo tribunal de Contas que forem vinculados.

A Controladoria Interna tem sua legalidade, atribuições e responsabilidades entabulada no art. 74 da Constituição Federal/1988, *in verbis*:

“Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. § 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.”

E ainda no art. 17 da Lei Municipal nº 952/2017:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

“Art. 17. Compete à Controladoria Municipal:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, bem como da aplicação de recursos públicos do Município por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, dos avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

V - examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente;

VI - examinar as fases de execução fomentar o controle social, viabilizando a divulgação de dados e informações em linguagem acessível ao cidadão, bem como estimulando sua participação na fiscalização das atividades da Administração Pública Municipal;

VII - editar normas e procedimentos de controle interno para os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo.”

Neste sentido cabe a ressalva quando a responsabilização solidária do responsável pelo Controle Interno. Tal responsabilidade só ocorrerá em casos de conhecimento da ilegalidade ou irregularidade e não informar tais atos ao Tribunal de Contas no qual é vinculado, ferindo assim sua atribuição de apoiar o Controle externo.

2. RELATÓRIO

Trata-se da celebração do 3º Termo Aditivo referente a Renovação contratual por igual período e valor do Processo Licitatório nº A/2021-00002, na modalidade de ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO 6/2022-00010, cujo objeto é a Contratação de empresa para a realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças em equipamentos odontológicos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde.

Os documentos, foram encaminhados da CPL desta Prefeitura, passando assim à apreciação desta Controladoria na seguinte ordem:

- I. Proc. Administrativo 6.892/2024 (1Doc);
- II. Ofício/SEMS/S.CONTRATOS/Nº 257/2024;
- III. Aceite da Empresa;
- IV. Ofício/SEMS/S.CONTRATOS/Nº 264/2024
- V. Justificativa;
- VI. Acato do Prefeito Proc. Administrativo 1- 6.892/2024;
- VII. Certidões de Regularidade da Empresa;
- VIII. Cópia do Contrato nº 1084/2021;
- IX. Cópia do 1º TA nº 636/2022;
- X. Cópia do 2º TA nº 644/2023;
- XI. Minuta do 3º TA;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS

Rua do Contorno, 1212 – Centro – CEP: 68625-970 – Tel.: (91) 3729-8037 / 8038 / 8001 / 8002 / 8003 / 8004 / 8005 / 8006

CNPJ: 05.193.057/0001-78 – Paragominas – PA

CONTROLADORIA: controladoria@paragominas.pa.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

- XII. Solicitação de Dotação;
- XIII. Encaminhamento de Dotação;
- XIV. Solicitação de Parecer Jurídico;
- XV. Encaminhamento de Parecer Jurídico;
- XVI. Parecer jurídico nº 478/2024- SEJUR/PMP;
- XVII. Solicitação de Parecer Técnico do Controle Interno;

É o necessário a relatar. Ao opinativo.

3. EXAME

Em observância aos documentos que aqui foram apresentados para análise, vislumbra-se possuir todos os requisitos imperativos indispensáveis e determinados pelas Leis e Resolução que versam sobre o tema, bem como aos princípios norteadores do Direito Administrativo, atestando assim a regularidade do procedimento.

Não obstante, solicitamos que antes da eventual assinatura do Termo Aditivo devem-se verificar todos os documentos relativos à **regularidade da empresa e as recomendações do parecer jurídico** desta prefeitura.

O Controle Interno dessa Prefeitura observou o Parecer Jurídico onde foram citados os requisitos que amparam a celebração do Termo Aditivo.

Ao final, todos os atos do referido processo devem ser publicados.

Frente ao exame de todo o processo licitatório passa-se à conclusão.

4. CONCLUSÃO

Face ao exposto, considero a regularidade da celebração do 3º Termo Aditivo referente a Renovação contratual por igual período e valor do Processo Licitatório nº A/2021-00002, na modalidade de ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO 6/2022-00010, cujo objeto é a Contratação de empresa para a realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças em equipamentos odontológicos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde, tendo em vista ao amparo legal e presentes os requisitos indispensáveis à realização do Processo, sendo ele revestido de todas as formalidades legais, RATIFICO, para os fins de mister, no sentido positivo e ao final sua PUBLICAÇÃO. Sem mais, é o parecer da Controladoria Geral do Município.

Paragominas (PA), 26 de agosto de 2024.

Heidiane Silva de Araújo Ferreira
Controladoria Geral do Município